

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 - FMS

Às onze horas, do vigésimo segundo dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 04/2016 – FMS.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa (abaixo relacionados) apresentados pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA:

Consolidação de Contrato Social	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Orçamento nº 22805-detalhado	
Procuração 1º Tabelião de Notas e Protestos de Títulos onde nomeia e constitui o Sr. Maicon Cordova Pereira como procurador da empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA	
Cópia Carteira nacional de Habilitação de Maicon Cordova Pereira	
Ficha Cadastral Secretaria de Estado da Fazenda	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 “a”
Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais de Rio do Sul (Município sede da empresa)	Art. 29, III – Lei 8.666/93,
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certidão Negativa de Ações Trabalhistas-tribunal regional do Trabalho-12ª Região	
Certidão nº 3219104- Falência, Concordata e Recuperação Judicial-Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	
Alvará de Licença para Localização e Funcionamento	
Alvará Sanitário	
Laudo de Análise de Produto Acabado: SPS0010 – Cloreto de Sódio 0,9% 500ml validade: 01/03/2018	
Certificado de boas práticas de fabricação expedido pela ANVISA-validade: 07/07/2016	
Declarações: que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz; que não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal e não se encontra sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou suspensão de licitar.	Lei n.º 8.666/1993, inciso V do artigo 27, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999 e incisos III e IV do art.87

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER  
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

LOURDES MOSER  
Membro